

Meio século de polêmica

Aprovada em 10 de dezembro de 1948 em Paris, na terceira sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, a Declaração Universal dos Direitos Humanos foi durante todo o período da Guerra Fria objeto de controvérsia entre os blocos capitalista e socialista, que então dividiam o mundo. Na época da votação, a ONU tinha 58 países-membro e oito se abstiveram de aprovar a declaração, incluindo a União Soviética e a África do Sul, que já começava a institucionalização do regime do apartheid.

A declaração tem 30 artigos, encabeçados pelo mais amplo: "Todos os seres

humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade." Os demais versam sobre temas que vão desde a liberdade religiosa e de expressão, a impugnação das prisões arbitrárias, da tortura e do "tratamento cruel e degradante", até o direito ao trabalho, à seguridade social, à educação gratuita pelo menos no ensino básico e à saúde.

Durante muito tempo, o bloco liderado pelos Estados Unidos pôs mais ênfase nos direitos individuais, com relatórios anuais do Departamento de Estado americano

que criticavam os países do outro lado por violações neste campo, muitas vezes poupando seus aliados. A antiga União Soviética e a China – como faz até hoje – insistiam na prevalência do que chamavam de direitos coletivos, jogando seu peso nos últimos artigos da Declaração de 1948.

O fim da Guerra Fria permitiu que a questão dos direitos humanos fosse relativamente despolitizada. A prisão de Pinochet em Londres este ano foi um marco, porque pela primeira vez se aplicaram internacionalmente convenções antigas que tratam dos direitos humanos, com o controle das ingerências políticas.